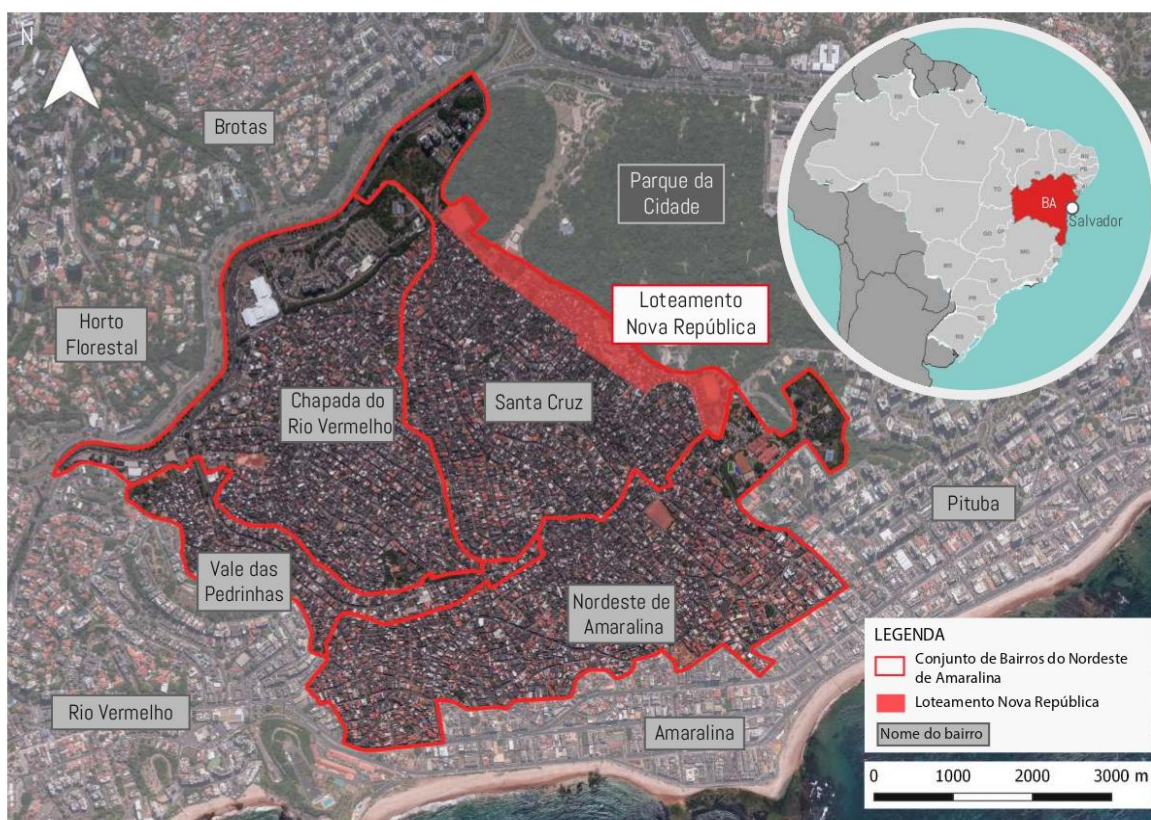


Assessoria ao Grupo de Ação da Encosta Nova República: mediação interinstitucional e comunicação comunitária

Clara Araújo, Luísa Gusmão, Jasmine Santiago e Nadine Nascimento

Este relato pretende abordar a experiência de assessoramento técnico do Coletivo Escalar na comunidade da Nova República, que está localizada no bairro de Santa Cruz, na região Nordeste de Amaralina¹, na cidade de Salvador, no estado da Bahia (Figura 01). A aproximação com a demanda ocorreu em 2019, através das lideranças da Associação de Moradores da Nova República, que desde então vêm acompanhando e pautando a resolução da situação de risco a qual estão submetidas cerca de 60 famílias da localidade, devido à inserção das moradias em um área de encosta, cuja contenção não passou por manutenção e está atualmente em processo de deterioração. Nesse sentido, o texto tem como foco as mobilizações comunitárias para reivindicação de uma resolução para este caso, que inclui o diálogo com o poder público e a construção de estratégias a partir do Grupo de Ação da Encosta Nova República, formado por moradores, lideranças comunitárias e assessoras técnicas do Coletivo Escalar.

Figura 01. Localização do Loteamento Nova República.



¹ A Região Nordeste de Amaralina refere-se a um complexo de quatro bairros habitados, majoritariamente, por famílias negras e de baixa renda, que se trata de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), inserida em uma área de alta valorização imobiliária.

Elaboração: Luísa Gusmão, 2022. **Fonte:** Escalar, 2022.

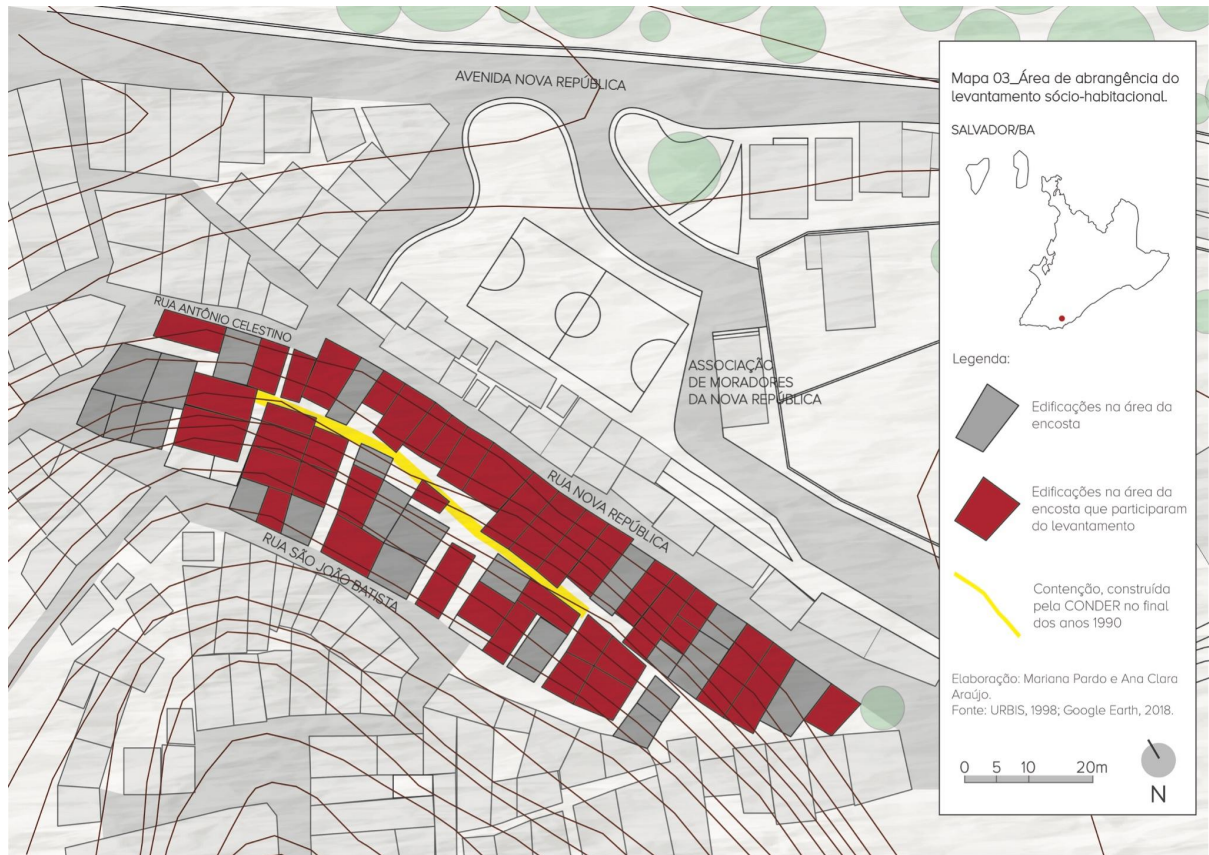
O início do trabalho de assessoria técnica no local teve como mote a busca por apoio para entender os possíveis encaminhamentos para resolução da situação de risco constatada pelas famílias, ao mesmo tempo que a comunidade também procurava ter acesso às informações referentes ao andamento do protocolo aberto no Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Salvador — SMPDC, registrado pela Associação de Moradores em 2018. Partindo dessas intenções, foram feitas algumas atividades para compreender melhor a questão apresentada, abrangendo o reconhecimento da área, o levantamento de dados sobre os moradores e a formação do Grupo de Ação, que criou um espaço para reunião entre os envolvidos, fomentando o compartilhamento de relatos sobre o cenário vivenciado por eles, as expectativas em relação a uma intervenção pública para recuperação da estrutura e a definição coletiva de formas de atuação diante desse contexto.

Como primeira ação, foram realizadas visitas às moradias que estão inseridas na área de risco indicada, que ajudaram a visualizar a condição da encosta, da contenção, assim como da relação com as casas, que constitui uma sensação de perigo para os moradores. Esses momentos também contribuíram para que pudesse ser construído um histórico acerca das intervenções públicas e privadas que ocorreram no local, a partir das narrativas contadas pelas famílias, visto que a maior parte delas vive ali desde o começo da ocupação do loteamento. Além disso, as conversas com a comunidade permitiram que fosse delineado o escopo do trabalho, levando em conta as possibilidades de atuação no que tange aos recursos humanos, instrumentais e financeiros, tendo sido iniciado no âmbito da extensão universitária² e, em seguida, através da formação do Coletivo Escalar.

Ainda como parte das atividades iniciais deste trabalho, foi realizado um levantamento sócio-habitacional com as famílias que estão assentadas no entorno imediato da encosta (Figura 02), em duas etapas que ocorreram em 2019 e 2020, que viabilizou traçar o perfil dos habitantes, com o objetivo de compreender quem são as pessoas que vivem ali, e também como eles entendiam a situação da encosta e quais as relações pré-estabelecidas com os vizinhos e o bairro. De um lado, essas informações visavam constituir um arcabouço para a comunidade, que auxiliasse nas reivindicações sobre o tipo e a forma de intervenção a ser realizada no local. De outro, esse movimento contribuiu para fortalecer a comunicação comunitária sobre a condição de risco identificada, para mobilizar os moradores para participarem das discussões referentes ao caso e para aproximar da equipe de assessoria técnica, passando a entender um pouco mais seu papel de colaboração às famílias na busca por restabelecer a segurança das moradias.

² O contato inicial com a demanda ocorreu através de uma articulação da Associação de Moradores com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), por meio de dois trabalhos finais de graduação de estudantes que depois passaram a integrar o Coletivo Escalar.

Figura 02. Aproximação da área da encosta, com as moradias do entorno. De vermelho, as casas das famílias que concordaram em participar do levantamento sócio-habitacional.



Elaboração: Mariana Pardo e Clara Araújo, 2020. **Fonte:** Escalar, 2020.

Outra movimentação importante diz respeito à constituição do Grupo de Ação da Encosta Nova República, que partiu de uma ideia de conferir um espaço coletivo de reuniões, de elaboração de estratégias de reivindicação e de compartilhamento de informações sobre o andamento do protocolo no SMPDC. Cabe colocar que apesar do trabalho significativo desenvolvido pela Associação de Moradores na comunidade, não havia um grupo fixo para tratar desse tipo de questão, tendo ocorrido uma mobilização das famílias após a procura das lideranças comunitárias por algumas delas, que apresentaram a demanda e solicitaram apoio. Assim sendo, mesmo com as relações de vizinhança, a formação deste grupo demandou um amplo esforço para a participação e o comprometimento de todos os envolvidos com a situação, especialmente porque parte deles, que moram na área superior da encosta, não se sentiam impactados pelo problema, uma vez que os deslizamentos de terra e alagamentos das casas se davam na parte de baixo.

O acesso à informação e o direito à participação nas decisões sobre as medidas que serão adotadas para restabelecer a segurança dos moradores e das moradias passam pela defesa do processo de construção coletiva das cidades e dos territórios. Nesse sentido, o trabalho de assessoria técnica na Nova República busca colaborar para que todos os envolvidos possam dialogar sobre a situação e

seus desdobramentos, através de um processo que envolve o acompanhamento técnico por profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo e disciplinas correlatas, tornando esses conhecimentos acessíveis à população. Para isso, além das reuniões acordadas entre os integrantes do Grupo de Ação, entre as ferramentas adotadas, foi criado um grupo de whatsapp para atualização sobre o trabalho no intervalo entre os encontros e para avisar sobre outras atividades relacionadas, como vistorias marcadas pelos órgãos do SMPDC para acompanhamento do protocolo.

No que tange às ações da Prefeitura sobre a situação da encosta da Nova República, foram feitas consultas nos órgãos que integram o Sistema Municipal, buscando entender o caminho do protocolo desde sua abertura até a execução de intervenções na área. Por conta da falta de respostas pelas vias usuais, essas consultas ocorreram, em sua maioria, de forma presencial, sendo uma estratégia para garantir o atendimento e obter informações mais precisas sobre o que poderia ser feito. Algumas dessas mobilizações resultaram na realização de vistorias técnicas na comunidade, para dar seguimento à solicitação efetuada pela Associação de Moradores e pelas famílias, e, posteriormente, também envolveram a realização de estudos de topografia e de sondagem do solo, para encaminhar a elaboração de um projeto de recuperação da estrutura da contenção.

Apesar de boa parte dessas vistorias ocorrerem sem tempo prévio para preparação do Grupo de Ação, geralmente com poucas horas de antecedência, sempre houve um esforço para que os participantes acompanhassem essas visitas e pudessem registrar de alguma forma os agentes envolvidos e as avaliações que elas geravam. Vale mencionar que há um empenho também para garantir a presença da assessoria técnica, pois tanto as lideranças comunitárias como as famílias ressaltam o modo desatencioso como essas vistorias acontecem, sem o cuidado de apresentação dos presentes ou de entender quem são os moradores, e mesmo no uso da linguagem técnica, que é hostil a uma parcela deles. Esse pedido reforça a relação de confiança estabelecida entre as técnicas do Coletivo Escalar e a comunidade da Nova República, que se baseia na longevidade da presença das integrantes da entidade neste local e no modo de trabalho apoiado no diálogo aberto, na transparência e no cuidado entre todos.

Por outra perspectiva, a lentidão na resolução do problema, que já leva mais de quatro anos desde a abertura da solicitação na Prefeitura de Salvador, também gera uma desmobilização dos moradores, pois mesmo diante do esforço de reunião e participação nas atividades relacionadas com a encosta, eles vêm com pouca credibilidade a possibilidade de que algo seja de fato executado. Esse cenário impacta o trabalho de assessoria técnica em curso, já que representa um recuo nos avanços obtidos com referência à articulação e comunicação comunitária, demandando a definição de novas formas de ação, que, por vezes, vão de encontro com as limitações de pessoal e de recursos para acompanhamento do caso, que ocorreu, em sua maior parte, de forma voluntária por parte da assessoria. Ao mesmo tempo, é reconhecido que esse tipo de

demanda implica no aporte de recursos públicos para resolução da situação, entendendo o papel da assessoria no sentido de contribuir com as reivindicações das famílias.

Cabe pontuar ainda que, no tocante à solicitação de intervenção pública, a experiência de assessoramento técnico na Nova República possibilitou, através da articulação política iniciada pela Associação de Moradores, colocar este caso no âmbito das discussões alusivas às áreas de risco em Salvador, embora hajam diversas localidades com situações mais graves do ponto de vista da suscetibilidade a ocorrência de acidentes. Essa mobilização envolveu, além dos agentes já citados, a colaboração de outros grupos que atuam no contexto de assessoria técnica e a entrada do Ministério Público no processo, que abriu uma ação civil pública para apurar os procedimentos adotados pela municipalidade e requerer a execução da intervenção.

Nesse sentido, a apresentação dessa experiência visa contribuir para o debate a respeito da atualidade do campo da assessoria técnica, compreendendo seus limites e as novas possibilidades de atuação diante das restrições que enfrentam para dar continuidade a essas práticas. A complexidade do tema da moradia popular em contraposição à ausência de programas ou recursos públicos com essa finalidade, atenuou o quadro habitacional do país nos últimos anos, mesmo diante do esforço na busca por alternativas, que pode ser verificado em diversas regiões. Assim sendo, acredita-se na potencialidade de espaços de compartilhamento dessas experiências para a formulação coletiva de estratégias para ampliação desse campo de atuação.